



Café com
Sustentabilidade

Edição 56
Março 2018

IMPACTOS FINANCEIROS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NOS NEGÓCIOS

FEBRABAN

Federação Brasileira de Bancos

SUMÁRIO

04 Caminho aberto para as recomendações

13 A voz da experiência

18 O papel e as expectativas das empresas

26 Conclusões

CRÉDITOS

Coordenação

Mário Sérgio Vasconcelos
Diretor de Sustentabilidade e Marketing

Fotografia

Moacir Gois

Redação

Andrea Vialli
Jornalista | MtB 29.798

Projeto Gráfico

Mveras Design

APRESENTAÇÃO

UM ROTEIRO PARA SUAVIZAR A TRANSIÇÃO PARA A ECONOMIA DE BAIXO CARBONO

A transição da atual economia intensiva em carbono, insustentável a médio e longo prazo, para a economia de baixo carbono precisa ser feita de forma suave, de modo a evitar abalos sistêmicos que levem a perdas financeiras significativas. A crise de 2008 mostrou como um risco mal gerenciado pode se irradiar pelo mundo inteiro e trazer consequências desastrosas para todos. Por essas razões, é necessário que as empresas e o setor financeiro construam a transição necessária para que os impactos das mudanças climáticas sejam mitigados e administrados.

Para antever e mitigar riscos para a economia global, o *Financial Stability Board* (FSB), órgão ligado ao grupo de nações do G20, publicou em 2017 um conjunto de recomendações para que empresas e setor financeiro divulguem informações sobre os impactos das mudanças climáticas em seus negócios. Esse foi o principal resultado da TCFD (*TaskForce on Climate related Financial Disclosures*), força-tarefa criada em dezembro de 2015 com o objetivo de dar orientações para que empresas dos setores financeiro e não financeiro considerem os riscos e oportunidades decorrentes das mudanças climáticas.

A iniciativa já engajou 580 organizações globais, entre bancos, seguradoras, gestores de recursos e bolsas de valores. Após publicar as recomendações, a força-tarefa estabeleceu um horizonte tentativo de cinco anos, a partir de 2017, para que fossem incorporadas pelas instituições financeiras

e outras empresas.

Para auxiliar nessa tarefa, a FEBRABAN apresentou durante a 56ª edição do Café com Sustentabilidade um plano de ações para ajudar as instituições financeiras a cumprir as recomendações da TCFD. Esse roteiro é fruto de um grupo de trabalho conduzido pela FEBRABAN com a SITAWI Finanças do Bem e 11 instituições financeiras, que mergulhou nas recomendações e desenhou ferramentas importantes, que darão um norte para o *disclosure* dessas informações.

Os bancos terão o desafio de analisar suas carteiras de crédito e portfólios de investimento à luz de cenários climáticos, com estratégias de médio e longo prazo. No Brasil, onde a mentalidade de curto prazo sempre sobressaiu em razão do nosso histórico de hiperinflação, será uma grande tarefa assumir um planejamento visando cenários futuros. A análise de portfólios precisa começar: o roteiro está posto, agora passaremos à fase de implementação.

Boa leitura!

**Mário Sérgio
Vasconcelos**

Diretor de Sustentabilidade
e Marketing da
FEBRABAN

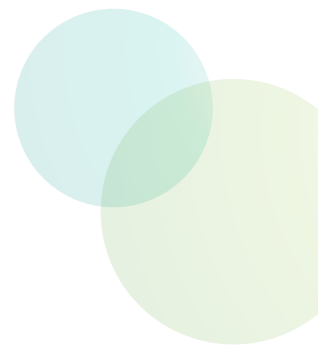
CAMINHO ABERTO PARA AS RECOMENDAÇÕES

Gustavo
Pimentel

FEBRABAN, em parceria com a SITAWI Finanças do Bem, disponibiliza ferramentas para ajudar empresas a avançar na prestação de contas

As mudanças climáticas apresentam riscos e oportunidades para a economia global. Em sua 56ª edição, o Café com Sustentabilidade da FEBRABAN abordou o contexto que levou à criação das recomendações da TCFD, a força-tarefa para tratar da disponibilidade e qualidade das informações financeiras relacionadas às mudanças climáticas e também apresentou o plano de ação para cumprimento das recomendações pelos bancos brasileiros. Gustavo Pimentel, diretor da SITAWI Finanças do Bem, parceira da FEBRABAN na iniciativa, apresentou as ferramentas de apoio aos bancos que foram desenvolvidas e abordou cenários presentes e futuros.

Os impactos para o setor financeiro e a estabilidade da economia global já começam a ser computados. Os cenários de aquecimento global podem colocar sob risco ativos entre US\$ 4,2 trilhões e US\$ 43 trilhões em razão do aumento das temperaturas até 2100, segundo um estudo da *The Economist Intelligence Unit* – quanto maior a projeção de aumento da temperatura global, maiores os riscos de perdas financeiras. Com 23,5% do Produto Interno Bruto (PIB) advindo do agronegócio, mais de 40% da matriz energética ainda de fontes renováveis e com 60% da população vivendo em áreas costeiras, a economia brasileira é exposta tanto aos riscos quanto às oportunidades que se delineiam nesse horizonte.



Em abril de 2015, os países membros do G20 solicitaram ao *Financial Stability Board* (FSB) que reunisse representantes dos setores público e privado para avaliar como as instituições financeiras poderiam analisar os prováveis impactos das mudanças climáticas para a economia global. Nascia a TCFD, envolvendo bancos, fundos de pensão, gestores de recursos, seguradoras, agências de classificação de risco e firmas de auditoria. Em 2017, a força-tarefa lançou um conjunto de recomendações para orientar empresas do setor financeiro e não financeiro no levantamento das informações e estabeleceu um prazo de cinco anos para que essas recomendações fossem atendidas, voluntariamente, pelas instituições.

Antevendo as dificuldades das empresas em prestar informações de caráter complexo, a Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP-FI) lançou um projeto piloto com 16 bancos, sendo dois brasileiros – Bradesco e Itaú – para testar modelos e ferramentas de incorporação de risco e oportunidade climática nos portfólios. Em dois anos, a TCFD angariou 580 adesões formais, que incluem empresas, associações setoriais, governos e autoridades regulatórias. As empresas comprometidas em seguir as recomendações da força-tarefa somam cerca de US\$ 7,9 trilhões de *market cap* e as instituições financeiras, US\$ 100 trilhões em ativos.

“A TCFD é para o clima o que o *smartphone* com internet representa para a tecnologia de comunicação: num espaço curto de tempo, atinge escala de US\$ 100 trilhões em ativos de investidores e instituições financeiras que apoiam e querem vê-las na prática” - Gustavo Pimentel, diretor da SITAWI Finanças do Bem

Além do engajamento das empresas privadas, o tema mudanças climáticas vem suscitando uma série de esforços regulatórios e autorregulatórios, especialmente na Europa. Com sua lei de transição energética de 2015, a França foi pioneira em prever responsabilidades para instituições financeiras que não gerenciam seus riscos socioambientais e passou a prever a divulgação da pegada de carbono dos fundos de investimentos, com base no perfil dos ativos sob gestão. Reino Unido e União Europeia (UE) preparam normas sobre *disclosure* de informações sobre mudanças climáticas e já têm documentos em consulta sobre como inserir as recomendações da TCFD na regulação bancária e financeira. Nesse sentido, a expectativa é de que uma diretiva da UE sobre o tema seja publicada no segundo semestre deste ano, com perspectiva de vigorar para instituições financeiras e empresas listadas em bolsa a partir de 2020.

Outro movimento em curso, de acordo com Pimentel, é o alinhamento das várias estruturas de relato voluntário sobre sustentabilidade em torno das recomendações da TCFD. Entre elas estão os questionários do CDP, os indicadores de relato da *Global Reporting Initiative* (GRI), os relatórios dos signatários da iniciativa *Principles for Responsible Investments* (PRI) e o relato integrado. Todas essas iniciativas estão convergindo para o atendimento das recomendações.

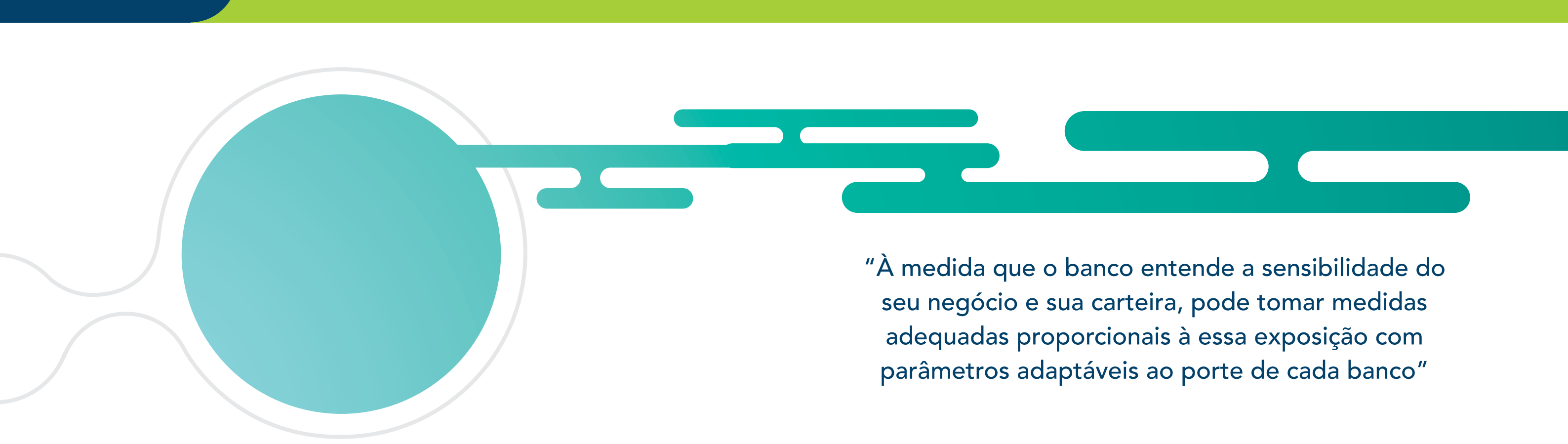
Além de ser endossado por públicos de interesse influentes, o conjunto de recomendações da TCFD embute a necessidade de os agentes financeiros começarem a precificar hoje os riscos inerentes às mudanças climáticas. Ele está estruturado em quatro pilares de recomendações: **governança, estratégia, gestão de riscos e metas e métricas**. Estes pilares, por sua vez, são desmembrados em 11 divulgações recomendadas, divididas em 57 itens de orientação mais detalhadas, algumas específicas para bancos, seguradoras, fundos de pensão e gestores de ativos. A TCFD divide os riscos associados às mudanças climáticas em riscos físicos e riscos de transição (regulatório e legal; tecnológico; de mercado e reputacional).

Os riscos físicos foram divididos entre agudos e crônicos: por agudo entende-se, por exemplo, chuvas torrenciais que acabam impactando alguma infraestrutura; o risco crônico, por outro lado, diz respeito a mudanças gradativas no padrão de precipitação que podem afetar a produtividade agrícola ou de hidrelétricas. Os riscos de transição dizem respeito às situações advindas do processo global de transição da economia baseada em combustíveis fósseis para o baixo carbono. O risco regulatório e legal inclui as obrigações regulatórias a que estarão sujeitas as empresas e mercados, como as políticas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas que estão sendo implementadas pelos governos. Os riscos legais correspondem aos processos judiciais que as empresas e instituições podem vir a sofrer pela gestão inadequada dos impactos às comunidades causados pela mudança do clima. Os riscos tecnológicos dizem respeito ao custo da inserção de novas tecnologias, hoje consideradas disruptivas, mas que se justificam em um cenário de transição; o risco de mercado é o impacto na demanda e no fornecimento de produtos causados pela mudança do clima; e o risco reputacional diz respeito ao impacto do tema na imagem das empresas perante o mercado.

Na visão da TCFD, suavizar essa transição afastaria uma crise sistêmica, por isso é importante que o setor financeiro incorpore desde já, e de forma crescente, as mudanças climáticas em suas tomadas de decisão. O prazo sugerido é de cinco anos, a partir de 2017, para que os setores financeiro e não financeiro compreendam melhor os impactos a que estão sujeitos e implementem metodologias de monitoramento e relato. Segundo Pimentel, a necessidade de reportar os riscos traz uma reflexão sobre governança, estratégia, gestão e definição de metas e indicadores, de modo que a iniciativa não se restringirá ao relato. “Para que se chegue ao amplo entendimento da concentração de ativos carbono intensivos no sistema financeiro, e da exposição do sistema financeiro a riscos climáticos, os bancos precisam agir antes do prazo. Não dá para esperar 2022, a hora de começar é agora”, afirmou.

O roadmap para o Brasil – As recomendações da força-tarefa do *Financial Stability Board* já haviam sido apresentadas para o mercado brasileiro na 52ª edição do Café com Sustentabilidade FEBRABAN, realizado em agosto de 2017. Depois do evento, a organização iniciou um trabalho para engajar os bancos brasileiros na iniciativa e, ao final de 2018, concluiu um plano de ação com medidas a serem adotadas nos próximos anos. O projeto foi realizado com apoio do Grupo de Trabalho em Riscos Climáticos, composto por 11 bancos associados, em parceria com a SITAWI Finanças do Bem. Seu principal objetivo foi trazer as recomendações da TCFD ao contexto do setor bancário nacional. “O grande ponto foi fazer com que as recomendações não aparecessem como algo desconectado de outras agendas das finanças sustentáveis e do risco socioambiental no Brasil”, explicou Pimentel.



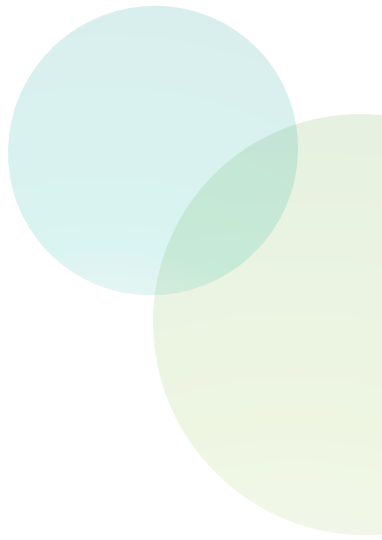


O plano contempla a disponibilização de duas ferramentas para os bancos. A primeira é a Régua de Sensibilidade às Mudanças Climáticas, que possibilita aos bancos a priorização de ações de estratégia e gerenciamento de risco climático; além da avaliação da materialidade das divulgações recomendadas, dada a exposição da carteira de cada instituição.

O grupo de trabalho se inspirou na Resolução nº4327 de 2014 do Conselho Monetário Nacional, sobre Política de Responsabilidade Socioambiental e utilizou os mesmos dois princípios, da relevância e da proporcionalidade, para embasar a ferramenta. Trata-se de uma régua para facilitar a compreensão dos bancos sobre a sensibilidade de suas carteiras ou de seus negócios a esses dois princípios no que tange às mudanças climáticas. Ajudará a diferenciar, por exemplo, um banco que atua no atacado financiando infraestrutura com prazos mais longos de uma instituição do varejo, com uma carteira de micro e pequenas empresas – são dois perfis de instituições diferentes, com distintos graus de exposição às questões climáticas.

“À medida que o banco entende a sensibilidade do seu negócio e sua carteira, pode tomar medidas adequadas proporcionais à essa exposição com parâmetros adaptáveis ao porte de cada banco”

Outro resultado do projeto é a ferramenta de correlação entre as recomendações da TCFD face aos demais *frameworks* de reporte aos quais os bancos já estão habituados a disponibilizar informações, como os questionários dos índices de sustentabilidade – ISE da B3 e *Dow Jones Sustainability Index* -, além do GRI e CDP. Essa correlação permitirá uma prestação de contas mais eficiente. As recomendações da TCFD não estão desconectadas de outras agendas ligadas ao risco socioambiental já praticadas pelos bancos, por isso foi importante correlacionar os temas nas ferramentas. O grupo de trabalho também conduziu um *benchmarking* com 28 bancos associados à FEBRABAN e concluiu que ainda há baixo conhecimento sobre a TCFD e suas recomendações. Ao mesmo tempo, identificou boas práticas nos bancos brasileiros no tocante à avaliação dos riscos socioambientais. O principal desafio, neste momento, é caminhar da conscientização das instituições para a definição de metas.



Diante desse cenário, o projeto validado pelo GT Riscos Climáticos da FEBRABAN definiu o *roadmap* para implementação das recomendações, com 13 ações que os bancos podem empreender e que os habilitam a incorporar mudanças climáticas aos negócios, além de outras 13 no nível da FEBRABAN para o período 2019-2020. Estão previstos diálogos com associações empresariais; treinamentos sobre as recomendações da TCFD para equipes técnicas dos bancos; sensibilização e engajamento das lideranças dos bancos por meio de fóruns já estabelecidos na FEBRABAN; desenvolvimento de cenários climáticos tropicalizados, entre outras ações. Posteriormente, será feita a incorporação dos resultados desse projeto à discussão sobre perdas socioambientais.

Há variáveis independentes dos bancos que podem acelerar ou retardar suas respostas à TCFD na avaliação de Pimentel: desde os mecanismos de relato (instituições que já fazem o relato dos temas de sustentabilidade aos questionários e iniciativas do mercado tendem a ser mais céleres no processo) até as tendências de regulamentação de reporte financeiro ocorrendo principalmente na Europa e Reino Unido. No Brasil esse movimento ainda não é forte, mas a Resolução nº4557 de 2017 do Conselho Monetário Nacional, sobre gestão integrada de riscos, prevê a necessidade de os bancos fazerem análise de cenários, teste de estresse nas carteiras, inclusive levando em consideração riscos socioambientais conforme definições de outra resolução, a mencionada nº4327 de 2014.

Outro fator que pode impulsionar a tendência são os mecanismos de precificação de carbono. No mundo todo, 42 governos nacionais e 25 subnacionais já precificam as emissões de carbono, seja por mercado de créditos ou por taxaço. O Brasil estuda esse tema há alguns anos no âmbito do Ministério da Economia, tendo o projeto PMR (*Partnership for Market Readiness*) do Banco Mundial como principal aglutinador das discussões e estudos sobre o tema.

Rafael
Mol

A VOZ DA EXPERIÊNCIA

Itaú Unibanco e Bradesco detalham os pilotos com as recomendações da TCFD

Após a apresentação do *roadmap* da FEBRABAN, o 56º Café com Sustentabilidade trouxe experiências práticas de instituições financeiras que já estão testando a aplicação das recomendações da força-tarefa do *Financial Stability Board*. Entre os bancos brasileiros que começaram a testar as recomendações da força-tarefa do FSB estão Itaú Unibanco e Bradesco, que participaram de um piloto com outros 14 bancos internacionais no âmbito da UNEP-FI, o programa de finanças sustentáveis da ONU. Rafael Mol, especialista de Risco Socioambiental no Itaú Unibanco, traçou um histórico das estratégias de sustentabilidade do banco e compartilhou a experiência de fazer parte do piloto de testes da TCFD.



“A economia vai mudar, os custos das empresas vão mudar com os possíveis efeitos de uma precificação do carbono, talvez com queda de receita em alguns segmentos. Os portfólios de crédito vão mudar também, por isso é importante medir o impacto na qualidade de crédito das empresas” – Rafael Mol, Itaú Unibanco

Os participantes da iniciativa piloto da UNEP-FI foram convidados a aplicar duas metodologias relacionadas a métricas, uma para riscos de transição e outra para riscos físicos. O processo foi realizado em três etapas – na primeira, os bancos estabeleceram cenários e premissas macroeconômicas para inseri-los em modelos matemáticos simulando cenários de mudanças climáticas. Nas etapas seguintes, os passos foram medir o impacto das mudanças na economia e nas empresas advindas da questão climática (mudanças nos custos, receitas e investimentos das empresas) e, por fim, mensurar o impacto desses cenários no portfólio de crédito, com testes de stress para as carteiras. O objetivo era responder questões sobre a qualidade do crédito nesses cenários, se haveria alteração na PDD (Provisão dos Devedores Duvidosos) do banco e a quais outros riscos a instituição estaria sujeita.

“Uma das tarefas foi aplicar teste de stress nas carteiras de agronegócio para medir o impacto das mudanças climáticas para a qualidade do crédito”, afirmou Mol. Foram realizados dois estudos de caso com 130 clientes produtores rurais, com R\$ 4 bilhões em carteira e prazo médio de um ano e meio dos financiamentos, levando-se em conta cenários de aquecimento

global entre 2 °C (para riscos de transição) e 4 °C (para riscos físicos) até 2040. As modelagens apontaram que os impactos foram mais significativos no setor de pecuária bovina, enquanto o setor de açúcar e álcool teve menos perdas – mas de modo geral, nenhum cliente se beneficiou diretamente das mudanças climáticas.

Para os segmentos de grandes empresas, o Itaú avalia a variável de risco socioambiental nos modelos de *rating* de crédito. O *rating* influencia diretamente o custo das operações, a alocação setorial, tipos de garantia e os produtos a serem oferecidos. A área de risco do banco identificou que as mudanças climáticas podem impactar 25 diferentes setores, que representam mais de 65% do crédito concedido do total da carteira do CIB (clientes corporativos) no prazo de três e dez anos. Em maio de 2018, após realizar questionários setoriais, a instituição divulgou a metodologia empregada na publicação “Risco Socioambiental no Portfólio de Crédito CIB - *Corporate Investment Bank*”, disponível em seu site. “O Itaú avalia os riscos socioambientais das empresas através de uma visão setorial, que impacta o *risk rating* da empresa. Isso está internalizado em todos os nossos modelos para grandes empresas”, explicou.

Em sua palestra, o executivo do Itaú Unibanco não só abordou riscos advindos do aquecimento global, mas também falou de oportunidades. Mol detalhou outras ações de mitigação das mudanças climáticas na própria empresa e produtos financeiros que trazem uma visão de oportunidade para as questões ambientais. Signatário dos Princípios do Equador desde 2004, o Itaú adotou padrões de desempenho preconizados pela *International Finance Corporation* (IFC) para os financiamentos de projetos de longo prazo. As emissões de gases de efeito estufa são quantificadas no escopo 1 e 2 para projetos acima de 25 mil toneladas de CO2 equivalente e, acima de 100 mil toneladas de CO2 equivalente, o banco realiza uma análise de alternativas junto ao empreendedor para buscar melhores práticas do ponto de vista climático.

Na área de gestão de ativos, o banco aderiu aos Princípios para o Investimento Responsável (PRI) e tem utilizado uma ferramenta de precificação do carbono sobre as ações negociadas na B3 até 2021 – do preço da ação são descontados o risco climático, de modo que o analista possa avaliar a escolha do investimento mais embasada sobre os riscos climáticos. No segmento de pessoa física, o banco prepara para este ano o lançamento de novos produtos com viés de sustentabilidade, entre eles o crédito para painéis de geração solar fotovoltaica e financiamento de carros elétricos.

O Bradesco, que se envolveu no processo de formulação das recomendações da TCFD desde o início – a *vice-chair* da iniciativa, Denise Pavarina, é ex-diretora executiva do banco – também participou do piloto da UNEP-FI. De acordo com Marcelo Pasquini, *head* de Sustentabilidade Corporativa do Bradesco, a experiência com a TCFD no âmbito do piloto da UNEP-FI mostrou que todas as instituições financeiras participantes enfrentaram o mesmo desafio: o acesso a informações de caráter socioambiental para serem utilizadas em modelos de crédito e *rating*. “À medida que desenvolvemos cenários e colocamos todas essas variáveis juntas, percebemos que a necessidade de informações sobre cada negócio e cada setor que avaliamos é maior do que a quantidade de dados que está disponível atualmente”, afirmou. O desafio não é apenas dos bancos, mas também das empresas do setor não financeiro – que terão de mudar a forma como encaram os próprios riscos e sua gestão.

Marcelo
Pasquini



“Muito mais do que desenvolver modelos de crédito, de *rating* e se proteger dos riscos que as empresas apresentam, os bancos vão ter que trabalhar com elas para que se preparem melhor para que entendam os riscos que estão enfrentando e como serão mitigados” – , Bradesco

Agora o Bradesco está em fase de troca de informações com outros bancos para uma segunda fase dos pilotos da iniciativa da UNEP-FI, cujo objetivo é aprofundar os achados encontrados. O banco também está desenvolvendo com as Nações Unidas um novo conjunto de diretrizes, os Princípios para a Responsabilidade Bancária, alinhado com o PRI e também com a área de Seguros. O objetivo, segundo Pasquini, é medir os impactos das iniciativas de sustentabilidade do banco para a sociedade. “Queremos que deixem de ser só estratégia de sustentabilidade e estejam integrados aos negócios do banco”, explicou. No Bradesco, o Comitê de Sustentabilidade é diretamente vinculado ao Conselho de Administração, o que facilita o trâmite para que pilotos na área sejam efetivamente aplicados.



○ PAPEL E AS EXPECTATIVAS DAS EMPRESAS

Força-tarefa exigirá mudança no olhar do setor não financeiro para riscos climáticos

A aplicação das recomendações da TCFD para as empresas não financeiras e como elas vão se preparar para prover a informação de que o mercado necessita foram alguns dos pontos que permearam o debate que sucedeu as palestras do 56º Café com Sustentabilidade FEBRABAN. A mesa, mediada por Gustavo Pinheiro, coordenador do portfólio de baixo carbono do Instituto Clima e Sociedade, abordou questões práticas inerentes às recomendações e os próximos passos para todos os setores. Participaram Laura Albuquerque, assessora sênior do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), Roger Oey, especialista sênior em Renda Variável da Bloomberg, Marcelo Pasquini, do Bradesco, e Marcelo Golovaty, *head* de Risco Integrado do Santander.

O CEBDS reúne 60 grupos empresariais de diferentes setores, como energias renováveis, óleo e gás, bancos, seguradoras, indústria química, mineração, entre outros e coordena agendas ligadas a sustentabilidade. As recomendações da força-tarefa do FSB foram uma demanda trazida pelos bancos que participam da Câmara de Finanças Sustentáveis da organização, e há cerca de um ano o CEBDS iniciou um trabalho para entender quais são os impactos para cada setor que compõe a entidade.

De acordo com Laura Albuquerque, a primeira etapa foi realizar uma análise de aderência para identificar quais iniciativas de relato e questionários são convergentes à TCFD (relato integrado, CDP, GRI, entre outras) e também identificar as melhores práticas das empresas. “Conseguimos mapear nove grandes empresas dos setores de energia, transportes, construção e agronegócio e em cada uma encontramos as melhores práticas para as recomendações”, disse Laura. A fase atual é de estabelecer um plano de ação para o cumprimento das recomendações, que deverá ser divulgado em abril de 2019.

Na etapa de análise de aderência, o olhar dos analistas do CEBDS se voltou para os quatro principais pilares das recomendações – **governança, estratégia, gestão de riscos e metas e métricas** e como esses temas estavam retratados nos relatórios

de sustentabilidade das companhias. A conclusão foi de que gerenciamento de riscos tem maior aderência nas empresas; governança e estratégia são temas com aderência de média para baixa; enquanto ações relacionadas ao pilar metas e métricas são mais incipientes. No tema **governança**, a recomendação da TCFD pede transparência dos processos de decisão, mas as empresas dão transparência à sua estrutura de governança, como seus organogramas e composição do Conselho de Administração. Dificilmente detalham seus processos de tomada de decisão e, quando o fazem, não é no relatório financeiro, como pede recomendação da TCFD – geralmente essas informações vem no relatório de sustentabilidade.

No pilar da **estratégia**, a análise apontou maior foco nos cenários regulatórios, com ênfase nos riscos de transição, de curto prazo, mais do que nos riscos físicos. As empresas consideram os cenários de precificação e tributos sobre o carbono como um risco de transição mais preocupante do que o impacto físico nas suas estruturas, logística e cadeia de fornecimento. No tema **gerenciamento de risco**, a dimensão com mais aderência, as empresas dão transparência para o processo de identificação do risco, avaliação e gerenciamento – e para cada um dos riscos, algumas das empresas indicam ação mitigatória e sua urgência.

Laura
Albuquerque



“O passo a passo que as empresas terão de seguir para internalizar as recomendações começa por entender a quantificação de impacto financeiro e avaliar os riscos climáticos inerentes ao seu negócio” – Laura Albuquerque, CEBDS

Roger
Oey



“Enquanto há uma curva decrescente do uso de petróleo, os investidores esperam uso maior de outras energias, como a solar, que traz novas oportunidades na mineração de cobalto e lítio, por exemplo” – Roger Oey, Bloomberg

Mas é no quesito **métricas e metas** que reside o maior desafio. Nos últimos anos, as empresas e os bancos passaram a investir na mensuração de suas emissões de gases de efeito estufa, sendo os relatórios de emissões um elemento bastante utilizado. “Mas muito do que se vê é um relato quantitativo de quanto a empresa emite nos escopos 1,2 e 3. Quando se começa a exigir indicadores, como a emissão por produto, por exemplo, falta essa informação nos relatórios”, diz Laura. Além de olhar cenários, as empresas devem analisar os impactos financeiros advindos dos riscos de transição – por ser mais exposto, o setor de energia tende a reportar de forma mais abrangente os cenários climáticos.

Roger Oey, especialista sênior em Renda Variável da Bloomberg, falou sobre as ferramentas ofertadas hoje pela agência de notícias e informações financeiras que podem auxiliar os bancos a identificar a exposição de suas carteiras de crédito. Um dos seus produtos mais conhecidos, o Terminal Bloomberg, criado em 1981 e utilizado por mais de 300 mil tomadores de decisão em todo o mundo, fornece uma ferramenta de mapas que permite a combinação de vários sets de informação – plantas industriais, de geração de energia, onde houve eventos climáticos como furacões ou terremotos, entre outras. “Ao combinar várias camadas de informação, a ferramenta permite saber quais seriam os clientes mais afetados por determinado evento climático”, diz Oey. Essa plataforma foi utilizada no piloto da UNEP-FI para as modelagens de risco para carteiras de crédito.

A demanda do mercado para informações de cunho socioambiental está levando agências como a Bloomberg a investir na captura de dados com esse perfil. Como trabalha com todos os setores da economia, a empresa aumentou o escopo dos dados que está disponível para os clientes. Uso de água, energia e emissões de carbono estão entre os dados ambientais mais utilizados, e a demanda cresce conforme ciclos. “Nas situações de seca, por exemplo, há maior demanda por informações sobre gestão dos recursos hídricos, empresas que consomem mais água, impactos na operação e resiliência”, disse Oey.

A geração de conteúdo sobre energias renováveis também é intensa – a consultoria Bloomberg *New Energy Finance* (BNEF), que pertence ao grupo, produz mais de 700 relatórios anuais sobre o tema e tem apontado que o interesse de investidores no financiamento para energia renovável tem cada vez mais um componente de oportunidade, não só como mitigação de riscos. Na América Latina, é crescente o interesse dos países, especialmente Chile, Peru e México, em mecanismos de rating das empresas com base nos riscos climáticos.

“Houve uma mudança: o banco sai de uma visão apenas dos riscos financeiros clássicos (liquidez, mercado) para os riscos não financeiros, mais intangíveis, tais como aspectos reputacionais, cibernéticos, tecnológicos e operacionais” -
Marcelo Golovaty, Santander

Com a maior frequência de pedidos de informação relacionados a questões ambientais e de mudança do clima, uma das tendências será a busca de dados por meio de ferramentas de inteligência artificial (AI), na avaliação de Marcelo Pasquini, do Bradesco. As agências de classificação de risco já vêm solicitando mais dados sobre esses temas e, com as recomendações da TCFD, a tendência é que os bancos também demandem mais informações sobre gestão climática de seus clientes. “Já vemos o uso da inteligência artificial acontecer em vários setores e não será diferente na questão ambiental, por isso ter relatórios e publicações que já tenham esse tipo de informação organizada é cada vez mais importante”, disse Pasquini.

Um dos pioneiros no Brasil a estruturar uma área de risco socioambiental, o Santander utiliza várias fontes de dados para análise no processo de concessão de crédito, desde o posicionamento socioambiental do cliente, aspectos legais e de *compliance* e, recentemente, passou a incorporar variáveis como exposição ao stress hídrico e possível impacto aos negócios. “Nossa área de risco socioambiental está estruturada há bastante tempo e houve impactos na carteira, pois a avaliação pode levar à não concessão de crédito, dependendo de algum aspecto que não é cumprido pela empresa. Isso é uma realidade e esse modelo segue em evolução”, disse Marcelo Golovaty, *head* de Risco Integrado do Santander. Segundo o executivo, os testes estresse



Marcelo
Golovaty

são ferramentas importantes para que os riscos socioambientais sejam incorporados à estratégia do banco, pois permitem incorporar variáveis socioeconômicas, relativas ao próprio negócio e de longo prazo ao processo de decisão.

Por outro lado, o rigor na análise de risco socioambiental trouxe oportunidades de negócios para a instituição. Em 2018 o Santander concedeu um total de R\$ 3,3 bilhões em crédito para negócios socioambientais, o que inclui financiamento a projetos de energia renovável, microcrédito e apoio a microfinanças. Outra estratégia com bons resultados é no campo do agronegócio: o Santander criou uma linha de financiamento voltada à agricultura de baixo carbono e optou por estar mais próximo do produtor rural, com agências especializadas no atendimento a empresários do segmento de agricultura e pecuária.

CONCLUSÕES

Mário Sérgio



Colaboração será fundamental para resultados positivos

O processo que envolverá instituições financeiras e empresas de variados setores no atendimento às recomendações da força-tarefa do *Financial Stability Board* será desafiador: não existem fórmulas prontas, pois a solução será co-criada a partir do engajamento dos vários setores e da troca de experiências. Para Mário Sérgio Vasconcelos, que encerrou o 56º Café com Sustentabilidade FEBRABAN, o momento é de união de esforços e a entidade seguirá nessa trilha ao longo dos próximos anos, fortalecendo sua atuação e colocando um olhar pragmático na aplicação e aferição dos resultados do processo de incorporação das recomendações da TCFD. “Precisamos chegar a resultados positivos, medir esses resultados de modo que todos possam se beneficiar: a sociedade, as empresas, os bancos e o país”, afirmou.

FEBRABAN

Federação Brasileira de Bancos